



Artigos originais

Pesquisa ação na perspectiva da Saúde Coletiva: relato de experiência da formação de agentes comunitários da saúde para o enfrentamento do consumo prejudicial de drogas

Action research in the collective health perspective: report of experience of a community health agents education program to face harmful use of drugs

Luciana Cordeiro¹

Cassia Baldini Soares²

Celia Maria Sivalli Campos³

¹Mestranda do Departamento em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da USP, SP- Brasil

²Professora Associada do Departamento em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da USP, SP- Brasil

³Professora Doutora do Departamento em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da USP, SP - Brasil

RESUMO - O objetivo deste estudo é apresentar a metodologia da pesquisa-ação de caráter crítico, por meio da descrição de processo educativo, desenvolvido com agentes comunitários de saúde, na temática do consumo prejudicial de drogas. Partiu-se dos fundamentos epistemológicos da Saúde Coletiva, na vertente do materialismo histórico e dialético (MHD). Compuseram a dimensão teórica a pedagogia histórico-crítica, à qual se agregou ensinamentos de Freire, como matriz do processo educativo sob investigação; e os conceitos de droga como mercadoria, produtora de lucro, e de consumo prejudicial de drogas como consequência das atuais formas de reprodução social. Foram desenvolvidas 9 oficinas emancipatórias, com 18 agentes comunitários de saúde de quatro Unidades Básicas de Saúde de uma região periférica de São Paulo. Descreve-se o desenvolvimento de cada uma das oficinas de acordo com os temas, objetivos e estratégias de cada uma. A análise das etapas mostra que a pesquisa-ação de caráter crítico é uma modalidade de investigação que alia a exposição do objeto a processos de transformação da realidade, neste caso, mediado pela crítica que o processo educativo incentiva. Trata-se, portanto, de um tipo de pesquisa coerente com os pressupostos epistemológicos da Saúde Coletiva, na vertente do MHD.

Palavras-chave: Agente comunitário de saúde; Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias; Processo; Educação Continuada; Pesquisa Qualitativa; Pesquisa-ação.

ABSTRACT - This study aims to present the methodology of critical action research through the description of an educational process, developed with community health workers concerning harmful drug consumption. The study adopted the epistemological foundations of Collective Health - the dialectical and historical materialism (DHM). The theoretical dimension was composed by critical historical pedagogy, to which we added teachings of Freire, and the concepts of drug as a commodity, profit-producing, and harmful drug consumption as a result of the current forms of social reproduction. Nine emancipatory workshops were developed with 18 community health workers from four Basic Health Units in a peripheral region of São Paulo. We describe the development of the workshops according to themes, objectives and strategies of each. The analysis shows that action research is a critical mode of research that combines the exposure of the object to processes of transformation of reality, in this case mediated by the critics that the educational process encourages. It is, therefore, a type of research consistent with the epistemological assumptions of Collective Health, and the DHM.

Keywords: Community Health Workers; Substance-Related Disorders; Education, Continuing; Qualitative Research; Action Research.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar a modalidade da pesquisa-ação (PA) de caráter crítico, como procedimento metodológico, que fundamentou o desenvolvimento de processo educativo sobre o consumo prejudicial de drogas realizado com agentes comunitários de saúde (ACS), por meio de oficinas emancipatórias.

O estudo apoia-se na vertente epistemológica do Materialismo Histórico Dialético (MHD), compondo a dimensão teórica, a partir da Saúde Coletiva,

Autor correspondente

Luciana Cordeiro

Rua Humberto I, 348

VI Mariana – 04018300

São Paulo, SP - Brasil

Telefone: (11) 34315404

Email: cordeiro.lu@ig.com.br

Artigo encaminhado 19/04/2013

Aceito para publicação em 22/05/2013

notadamente com os conceitos de determinação social do processo saúde-doença, e de droga como mercadoria, e a partir da pedagogia histórico-crítica proposta por Saviani, à qual se agrega ensinamentos de Freire¹.

Espera-se que a descrição desse processo possa contribuir para o desenvolvimento de projetos correlatos.

2. PROCEDIMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

2.1 Teorias pedagógicas de Freire e Saviani: bases para a educação emancipatória

Parte considerável das pesquisas realizadas nas diferentes áreas do conhecimento é baseada em protocolos rígidos, em métodos de coleta de dados aprioristicamente definidos de acordo com os desenhos de pesquisa, mais adequados ao estudo e em padrões de comportamento adotados pelo pesquisador em relação ao objeto de sua pesquisa².

Reconhecendo a importância do rigor acadêmico nas pesquisas científicas, Oliveira e Oliveira² defendem a importância da proposição de pesquisas a partir da realidade social, de forma a não transformar as Ciências Sociais em instrumentalizadoras de controle social, e de modo a considerar o conhecimento trazido pelos sujeitos de pesquisa, relativizando a relação hierárquica e neutra do pesquisador, tomado como o detentor do saber.

Considerando a produção no campo da educação de Paulo Freire, os autores partem

sempre da premissa de que pesquisa da realidade, capacitação de quadros e aquisição de conhecimento são dimensões inseparáveis e interligadas de um mesmo itinerário político-pedagógico. Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos².

Os processos de educação segundo Freire³ não são baseados na neutralidade, pressupõem caráter político e ideológico da relação entre sujeitos (um que ensinando aprende e outro que aprendendo ensina) e objetos (conteúdos), que utiliza métodos, técnicas e materiais. Nesse sentido, a educação se configura como um processo mútuo de aprendizado através do diálogo, que embasa a reflexão e a ação transformadora. Essa relação está baseada na pertinência, isto é, naquilo que provoque sentimentos e mova os sujeitos para as ações. A problematização é

parte do processo educativo, uma vez que todos os sujeitos implicados têm condições de contribuir de forma crítica e criativa em prol das transformações das práticas sociais, objeto último da educação.

Compreende-se aqui que o autor dialoga com os fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica (PHC), pois nela também são fundamentais, a diretriz da problematização das práticas sociais e a finalidade de transformação dessas práticas⁴. Esta teoria pedagógica foi desenvolvida por Saviani⁵ a partir da filosofia marxista. De acordo com Almeida, Trapé e Soares⁶ sintetizando Suchodolski e o próprio Saviani,

[...] dentre as atividades humanas, a educação é uma das mais complexas e importantes. Trata-se de elemento central na construção da própria humanidade de tal forma que a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana, expressa pela capacidade de antever o resultado do trabalho. [...] o trabalho educativo concebe-se historicamente, ou seja, a serviço do processo evolutivo da humanidade, como o trabalho que conduz a algo. Trata-se então dos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades, da produção do saber sobre a natureza e sobre a produção humana.

Nessa perspectiva a PHC compreende que a educação media a transformação social. Saviani⁵ (2005) propõe que o processo educativo dialético seja baseado nas seguintes etapas: 1) reconhecimento de uma dada prática social; 2) problematização da realidade que contextualiza a prática problematizada; 3) instrumentalização dos sujeitos envolvidos no processo educativo, em função das necessidades levantadas para a compreensão da prática social problematizada; 4) catarse, que significa incorporação do conhecimento, ou seja, percepção abstrata do que está na dimensão concreta; 5) elaboração e desenvolvimento de novas práticas sociais. Na PHC agente e sujeito, ou educador e educando, devem dialogar, valorizando a cultura historicamente acumulada, sendo todos considerados igualmente participantes do processo educativo, embora com experiências e conhecimentos diferentes.

Tanto Freire quanto Saviani propõem que o processo educativo parta da realidade, implicando todos os sujeitos envolvidos no processo de reflexão, discussão e elaboração de instrumentos para transformar a realidade e/ou a prática social. Outros autores da educação de cunho crítico contribuíram

também para a elaboração do que vimos chamando de educação emancipatória, construção que vem se adensando no campo da Saúde Coletiva⁶.

As pedagogias descritas mostram coerência com as epistemologias que advogam a natureza qualitativa da pesquisa, cuja intencionalidade é a de aprofundar o conhecimento sobre um determinado fenômeno, interpretando-o a partir do contexto em que ocorre, sem que haja manipulação laboratorial, fragmentação da realidade em variáveis ou apartação entre pesquisador e pesquisado. Nesse sentido, a pesquisa participante se configura como procedimento metodológico coerente com as propostas de Freire e Saviani, pois recusa o distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa, propondo a “participação efetiva da população pesquisada no processo de geração de conhecimento, concebido fundamentalmente como um processo de educação coletiva”⁷.

2.2 Elaboração da pesquisa ação socialmente crítica

Dentre as diferentes modalidades de metodologias de caráter participativo a PA vem sendo cada vez mais utilizada e desenvolvida em diversas áreas do conhecimento. Especialmente nas áreas da educação, saúde e meio ambiente recorre-se à PA, pois possibilita e tem como princípio a participação dos grupos sociais no processo de tomada de decisões (Thiollent⁸, 2011; Toledo⁹, 2011).

Desde sua origem a concepção da neutralidade do pesquisador na PA foi abandonada, aproximando pesquisador do grupo pesquisado e implicando a colaboração de todos os envolvidos no processo (Ahmed¹⁰, 2009; Haguette⁷, 1992; O’Brien¹¹, 1998; Sá¹², 1984).

A PA originou-se na década de 40 com o alemão Kurt Zadek Lewin, em contexto de pós guerra e com caráter experimental. Juntamente com o governo estado unidense, foi utilizada para solucionar problemas relativos aos hábitos alimentares da população e atitudes dos americanos frente a grupos étnicos minoritários (Ahmed¹⁰, 2009; Cassel, Johnson¹³, 2006; Franco¹⁴, 2005; Haguette⁷, 1992; O’Brien¹¹, 1998; Tripp¹⁵, 2005; Tripp¹⁶, 1990). A finalidade do método naquela ocasião era integrar esses grupos aos dominantes, evitando uma fonte predominante de conflitos.

Nas últimas décadas a PA tem sido utilizada em diversos contextos e para diversas finalidades (Cassel, Jhonson¹³, 2006; Franco¹⁴, 2005; Tripp¹⁵, 2005), configurando-se como “um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se

aprimora a prática na oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (Tripp¹⁵, 2005; 445). Autores como Tripp¹⁵⁻¹⁶ (1990, 2005) e Franco¹⁴ (2005) discutem o uso corriqueiro e vago do termo “pesquisa ação” para designar qualquer transformação realizada na e a partir da prática ou qualquer reflexão sobre a ação. No entanto, salientam que a PA enquanto procedimento teórico-metodológico acadêmico requer rigor, ainda que diversas vertentes epistemológicas se utilizem do método. Franco¹⁴ afirma que as diversas formas de aplicação da PA trouxeram a composição de “um vasto mosaico de abordagens teórico-metodológicas”, para dar conta das diferentes práxis investigativas.

Tomando, dessa forma, a PA como procedimento teórico-metodológico de investigações vindas de abordagens epistemológicas diferentes, diversos tipos ou modalidades foram criados para responder coerentemente aos diferentes usos do método^{10,11,15,16}. De forma geral, a PA tem maior foco em pesquisas em que os sujeitos implicados são chamados a agir explicitamente e apresenta dois principais objetivos, a resolução de problema e a construção de conhecimento¹⁷.

Ao longo da história a pesquisa do campo da psicologia social, cunhada por Lewin, desenvolveu-se e ganhou novos campos, inclusive o das ciências sociais⁷. Na América Latina “é a sociologia crítica engajada que mais tem questionado o método científico convencional [...] [dada a] necessidade de transformação social nos países subdesenvolvidos”⁷. Entende-se, na mesma direção, que esta também é uma tarefa da educação, a qual “deverá levar à transformação libertadora [...], atingindo as estruturas sociais emperradas pelo capitalismo”⁷.

Nessa perspectiva, a PA pressupõe uma ação planejada de caráter social e educacional, facilitando a busca de soluções para problemas efetivamente detectados na sociedade. Configura-se como uma forma de engajamento sociopolítico a serviço das causas das classes populares merecedoras de investigação, elaboração e condução de ações. Nesse processo, os agentes implicados nas ações educativas acabam por desenvolver a consciência da coletividade, nos planos político e cultural a respeito do problema enfrentado^{7,8}.

Haguette⁷ afirma que na América Latina a PA direcionou-se para os “oprimidos ou dominados, aqueles que estão situados na base da estrutura social”, tendo suas propostas ancoradas em princípios humanistas – religiosos e marxistas. Essa não parece

ser a realidade das pesquisas realizadas nas universidades estaduais do Estado de São Paulo.

Em pesquisa de pós-doutorado, Toledo⁹ dedicou-se a analisar a metodologia da pesquisa ação quanto aos seus fundamentos teóricos e sua aplicação nas áreas da educação, saúde e meio ambiente, nas universidades estaduais paulistas no período de 1990 a 2010. O estudo revela que das 273 pesquisas selecionadas, a maior parte foi produzida na área da educação, seguida pela interface saúde/educação, já que a PA é comumente utilizada em projetos interdisciplinares. Pesquisas abordando temas de natureza complexa utilizaram-se da PA como procedimento metodológico, como reflexões sobre a formação profissional e os processos de ensino-aprendizagem, avaliação e/ou implementação do uso de novos materiais pedagógicos e educação, promoção da saúde e outros. Para esses projetos foram utilizadas diferentes modalidades de PA: participante, colaborativa, existencial, intervenção, entre outras. Dentre essas modalidades a maioria utiliza-se como base epistemológica a fenomenologia, a qual assume caráter interpretativo e parte do princípio que a realidade é socialmente construída, baseada na subjetividade e influenciada pela cultura e pela história^{10,11}.

Numa perspectiva humanista, a PA socialmente crítica é pautada na emancipação dos agentes envolvidos na pesquisa, tendo como finalidade a transformação das práticas socialmente reproduzidas em práxis sociais que possibilitem a justiça social através da reflexão e apreensão dos participantes de características do contexto histórico social em que estão localizados. Entendendo que as práticas profissionais vigentes no sistema e os valores assumidos pelos trabalhadores são configurados de acordo com os interesses de grupos dominantes, o paradigma socialmente crítico faz um enfrentamento desses interesses que priorizam a educação e o conhecimento técnicos. Segundo este paradigma, o descortinamento dos discursos e das práticas dominantes permitem que os atores envolvidos no processo educativo passem a ter concepções e práticas emancipatórias e socialmente justas^{15,16,18}.

Este estudo toma por base, então, a PA socialmente crítica na perspectiva marxista, que propõe o investimento em pesquisa associada à mudança, uma vez que o conhecimento é produzido de forma a expor os problemas apresentados na realidade concreta, tendo como consequência dessa exposição a transformação da práxis social⁴.

Os procedimentos teórico-metodológicos acima discutidos formaram a base do processo educativo que será descrito a seguir, possibilitando aprimoramento em concepções sobre drogas e usuários de drogas, além da visualização de possibilidades de transformações nas práticas sociais dos agentes comunitários de saúde participantes do processo.

3. RESULTADOS

3.1 Apresentação da problemática e do processo educativo

As práticas da Estratégia Saúde da Família (ESF) na atenção básica (AB) voltadas para a problemática do consumo de drogas constituem preocupação da enfermagem e de toda a equipe de saúde. Os ACS são particularmente afetados porque se deparam cotidianamente com situações diante das quais se sentem despreparados. Vale lembrar que um dos pré-requisitos para esses profissionais é residir no território em que atuam; portanto, estão constantemente expostos aos problemas para os quais não conseguem dar respostas, o que ocasiona estresse e provoca a adoção de subterfúgios para adiar ou contornar o encaminhamento do problema^{19,20}.

Com o intuito de fortalecer as práticas desses trabalhadores e, conseqüentemente, aprimorar na AB práticas voltadas a sujeitos com consumo prejudicial de drogas, foi proposto esse processo educativo. Participaram do processo 18 ACS de 4 unidades de Saúde da Família (USF) da coordenadoria Sudeste de Saúde da Prefeitura de São Paulo. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da USP (processo nº 187/2010) e da Prefeitura do Município de São Paulo (parecer nº 159/11).

Os encontros configuraram-se como oficinas emancipatórias, compreendidas como

“instrumento que proporciona um espaço de reflexão sobre a práxis, em que os sujeitos - agentes e coprodutores do processo educativo - participam com a finalidade de transformar a práxis reiterativa em práxis criativa”²¹.

O processo teve duração de 9 encontros e foi estruturado de forma que os temas de cada oficina eram sempre definidos em função do que era problematizado na oficina imediatamente anterior, isto é, a partir da avaliação das necessidades teórico-práticas apresentadas, conduzindo às próximas etapas do processo.

O quadro 1 mostra a forma e o conteúdo das oficinas emancipatórias.

Quadro 1 – Temas, objetivos e estratégias utilizadas no processo educativo, São Paulo, 2013.

	Temas	Objetivos	Estratégias
Of1	Apresentação dos participantes e de suas expectativas, e da proposta do processo da PA.	Propor a pesquisa, conhecer os participantes e suas expectativas frente aos encontros e elaborar um “contrato de trabalho”.	Roda de conversa
Of2	A realidade concreta vivenciada pelos ACS nos territórios sociais onde vivem e trabalham	Contextualizar fatos trazidos pelos ACS e discutir as razões do que acontece no território, a partir de elementos da estrutura e dinâmica social	Exibição e discussão do Filme “Notícias de uma Guerra Particular”
Of3	Para compreender melhor o problema: impacto das diferenças sociais no trabalho e na vida das pessoas	Reconhecer o impacto do funcionamento estrutural do capitalismo na contemporaneidade	Exibição e discussão do Filme “Quanto vale ou é por quilo?”
Of4	Para compreender melhor o problema: categorias de mediação entre a estrutura e a dinâmica social	Discutir a relação entre os valores atuais, as instituições socializadoras e o consumo de drogas	Discussão em grupo a partir da leitura dirigida do texto “Globalização, a questão social e a nova pobreza” (Valla, Stotz e Algebaile ²² , 2005)
Of5	Em pauta as contradições do trabalho	Levantar e analisar as contradições e a finalidade do trabalho do ACS	Discussão em grupo a partir dos conteúdos trabalhados nos encontros anteriores
Of6	Práticas de educação e saúde na ESF	Discutir as estratégias utilizadas na educação em saúde na prática do ACS	Discussão em grupo a partir de excertos de depoimento de ACS sobre as práticas educativas (Trapé ²³ , 2005)
Of7	Outras práticas possíveis: momento de instrumentalização do que fazer	Refletir sobre os fundamentos da educação emancipatória: novas formas de atuação do ACS	Discussão em grupo a partir de um caso trazido por uma ACS participante
Of8	Para aproximar-se do objeto em questão: vamos jogar	Apresentar e vivenciar uma forma de abordagem de questões relativas aos valores, opiniões e convicções das pessoas do território	Jogo educativo (Yonekura, Soares ²⁴ , 2010)
Of9	Avaliação do processo	Encerrar e avaliar o processo educativo	Roda de conversa

3.2 Oficinas emancipatórias: descrição do processo educativo

O processo educativo proposto na pesquisa foi iniciado com uma roda de conversa na qual cada participante contou o motivo de sua participação na formação, suas experiências vivenciadas em relação às drogas no trabalho, na família e no território e suas expectativas frente aos encontros. A princípio os participantes denominavam o processo educativo de capacitação, prática utilizada nos serviços, que designa trabalhadores para freqüentar cursos, nem sempre os de sua escolha e que geralmente não é repassado aos

demais que não participaram e nem sempre é incorporado às práticas do serviço. Geralmente são cursos que abordam temas relacionados aos programas desenvolvidos no PSF. Alguns participantes afirmaram que estavam presentes naquela capacitação apenas por terem sido indicados pela gerência da UBS, da forma como acontece nos referidos cursos, uma vez que a micro área em que trabalhavam concentrava grande número de usuários de drogas e de pontos de tráfico. Apesar disso, na primeira oficina os ACS trouxeram elementos

importantes e necessários para desenvolver o debate nos demais encontros.

Ainda na primeira oficina foram explicados os objetivos do projeto e a forma que seria desenvolvido. Houve certo incômodo acerca das gravações em áudio do processo, em função do caráter polêmico do tema drogas, principalmente em relação ao comércio das drogas ilegais e à criminalidade. No entanto, garantiu-se anonimato e o compromisso da não necessidade de exposição dos usuários e do próprio ACS e sigilo com relação aos depoimentos, que seriam utilizados apenas para a reflexão e discussão de possibilidades de encaminhamentos. Ao longo dos encontros a confiança foi sendo estabelecida e tornaram-se espaços de trocas de experiências e de angústias, local de reflexão e de fortalecimento pessoal e profissional.

Os ACS deram depoimentos sobre situações que envolviam o tráfico, a polícia e mesmo moradores, que repercutiam direta ou indiretamente no trabalho e, portanto, deveriam ser discutidas em profundidade para dar conta das dúvidas e para construir convicções acerca do problema apresentado. Durante os depoimentos foi assegurado que as questões levantadas seriam debatidas ao longo do processo educativo e que as perguntas levantadas pelos ACS seriam respondidas na medida em que fossem compreendendo a dinâmica da macroestrutura socioeconômica.

Esses depoimentos e questionamentos levaram à exibição do filme “Notícias de uma guerra particular” na segunda oficina, como estratégia disparadora da discussão. Trata-se de um documentário do cineasta João Moreira Salles produzido por Kátia Lund, gravado no morro Dona Marta no Rio de Janeiro, entre 1997 e 1998. O filme mostra o movimento do tráfico de drogas sob três perspectivas: a do traficante, a da polícia e a do morador do morro, a partir de entrevistas com jovens envolvidos no tráfico, com moradores do morro e com policiais do Rio de Janeiro, incluindo depoimentos do delegado Hélio Luz. Tal qual os ACS trouxeram no primeiro encontro, o documentário traz à tona a realidade da situação de aliciamento de jovens pelo tráfico e os motivos pelos quais esses jovens se arriscam em uma atividade ilegal, além da situação de moradores no meio do fogo cruzado. A polícia se apresenta como representante do Estado, que faz cumprir a lei nessa guerra particular, que visa proteger aqueles que pertencem à classe social mais alta, dado o apartheid social vigente no Rio de Janeiro e na sociedade capitalista como um todo.

Roteiro previamente elaborado serviu de base para posterior discussão com os participantes divididos em

grupos, que ao trazerem semelhanças e diferenças entre o filme e a realidade cotidiana, passaram a articular os elementos estruturais, apresentados pelos educadores, a fim de fomentar a compreensão das raízes do problema das drogas na contemporaneidade. Em seguida, a discussão foi aberta para que todos os grupos realizassem uma síntese das reflexões. Elementos como a ausência do Estado nas periferias, ou melhor, a presença tênue como proteção e forte como coerção; a “generosidade” do tráfico, que presenteia crianças no Natal e leva medicamentos a quem não tem condições financeiras de adquiri-los; a visão que as classes altas têm dos pobres (aqueles que enfeiam a cidade) e a desigualdade social foram elementos trazidos e debatidos. Apesar da presença maciça desses elementos no cotidiano dos ACS notou-se, com exceção de algumas palestras, ou cursos pontuais, que há no cotidiano do trabalho ausência de espaços para reflexão sobre o impacto desses elementos nas formas de trabalho e de vida dos participantes. Além disso, o consumo prejudicial de drogas, problema muito presente no bairro, não é tomado como objeto das práticas nas USF.

As discussões fomentadas na oficina anterior levaram à exibição de mais um filme na terceira oficina, como estratégia para discussão das diferenças de condições de trabalho e de vida, de acordo com sua inserção de classe social. O objetivo era a apresentação e discussão da divisão social do trabalho. O filme “Quanto vale ou é por quilo?” de Sérgio Bianchi, lançado em 2005, apresenta de forma crítica histórias que se passam no Brasil colônia e na contemporaneidade, traçando um paralelo entre essas duas épocas, enfocando as relações de exploração entre escravo/trabalhador e senhor/donos dos meios de produção ou burguesia. Temas como a influência da mídia e do projeto neoliberal na vida íntima das pessoas, o papel e a realidade das ONGs no Brasil, a desvalorização dos negros, os valores sociais das épocas e as soluções encontradas pelas pessoas para seus problemas, tanto ricos quanto pobres, também são retratados. Novamente elaborou-se um roteiro para guiar as discussões em grupos menores e conclusões foram elaboradas no grupo maior.

O filme serviu como disparador para que os participantes pudessem debater as semelhanças entre os temas foi retratado e a realidade de vida dos ACS. Foram discutidas questões sobre a dificuldade de inserção no mercado devido à flexibilização do trabalho, e a necessidade de submissão das pessoas a condições adversas para dar conta das necessidades materiais. Outras questões discutidas foram: o estabelecimento da relação alienada de exploração

dos mais pobres pelos mais ricos; os poucos espaços de movimentos sociais existentes em prol dos direitos e necessidades dos cidadãos; a despolitização dos brasileiros que acabam por deixar que os políticos, isto é, os técnicos/especialistas que estão nas câmaras de deputados, vereadores e prefeituras tomem decisões políticas; a falta de disposição e de tempo disponível no cotidiano do trabalhador para qualquer tipo de articulação política, seja para discutir melhorias no bairro onde mora ou para debater quaisquer outros tipos de problemas sociais.

Em continuidade ao processo educativo de compreensão da estrutura social e do processo de exploração capitalista, os valores contemporâneos foram debatidos com profundidade na quarta oficina. A proposta era compreender a “ganância” dos jovens pelos tênis de marca, a necessidade deles serem reconhecidos como populares no bairro e o consumo corriqueiro de drogas, foram questões abordadas pelos ACS. Dessa forma, buscou-se a reflexão dos determinantes sociais dessas e de outras situações verbalizadas pelos participantes, discutindo-se o lugar do Brasil no capitalismo, o processo da globalização, a redução de gastos sociais pelo Estado; o fenômeno do desemprego e do aumento da pobreza.

A partir daí, iniciou-se discussão sobre o estímulo ao excesso de consumo de mercadorias em geral e a fetichização da mercadoria droga.

Como instrumento da oficina utilizou-se a leitura de trechos do livro “Para compreender a pobreza no Brasil” de Valla, Stotz e Algebailel²² (2005), além de uma aula sobre valores sociais, como são forjados para apoiar as estruturas da formação social e, especificamente na contemporaneidade, como são articulados ao projeto neoliberal. Nessa exposição dialogada discutiu-se exemplos de como esses valores conduzem nossas escolhas pessoais e ações no cotidiano.

Essa oficina se configurou como divisor de águas em relação às pré concepções e julgamentos morais arraigados sobre os fenômenos distribuição e consumo de drogas e as novas formas de ver o problema. Opiniões baseadas no discurso hegemônico acerca de situações vivenciadas pelos ACS foram desconstruídas, na medida em que elementos estruturais eram colocados para explicar tais situações. Por exemplo, um participante julgava inadequado que uma mãe pobre levasse almoço a seus filhos em seus postos de trabalho no tráfico de drogas. Dessa forma, julgava que essa mãe estava concordando com a condição de bandidos de seus filhos e contribuindo para o crescimento do número

de usuários de drogas. No entanto, ao pontuar que o tráfico de drogas se configura como praticamente única possibilidade de inserção no mercado de trabalho para esses jovens que não têm oportunidades de educação e emprego razoáveis, mesmo em se tratando de um trabalho arriscado e ilegal, e que esse trabalho garante as necessidades materiais da família, a mãe dos jovens se transformou em uma boa mãe, já que na verdade cuidava da alimentação de seus filhos durante a jornada de trabalho. Exemplos do cotidiano se mostraram muito úteis para que os participantes fossem incorporando a nova forma de compreender o problema.

Na quinta oficina, os participantes se mostravam bastante à vontade no grupo e já se pronunciavam sobre as diferenças entre as capacitações de que tinham participado anteriormente e a dinâmica das oficinas. Uma dessas se referia ao despertar para posicionamentos críticos sobre suas práticas. Reflexões nesse sentido raramente acontecem no ambiente de trabalho, já que a produtividade quantitativa de procedimentos é extremamente valorizada e colocada à frente de quaisquer outras questões. Alguns participantes, por exemplo, queixavam-se da necessidade de cumprir a meta mensal de produção, o que por vezes lhes roubava a possibilidade de participar desse processo educativo ou de outros processos de reflexão sobre o trabalho.

Na metade do processo educativo algumas opiniões de senso comum e preconceitos já começavam a se desfazer, dando lugar a compreensões mais críticas da realidade. Baseados na confiança, na identificação entre os participantes e nas explicações macroestruturais para a problemática levantada, os trabalhadores compartilhavam sentimentos e vivências que anteriormente não eram expostos, pois não havia espaços para isso.

Não se tratava de *lamentações* ou *desabafos*, mas da reflexão sobre o papel do ACS na ESF. Em outras palavras, à medida que o espaço de reflexão foi proposto, as contradições do processo de trabalho foram aparecendo, como a formação dos trabalhadores, por exemplo, na qual vai se aprendendo na prática a lidar com as demandas da população, muito além de marcação de consultas e exames. Uma participante ilustrou essa situação contando o episódio em que um jovem, que fazia uso de drogas durante o final de semana, teve uma síncope e foi levado à porta da casa de uma ACS para que ela o ajudasse, já que o território não contava com hospital ou equipamento de saúde adequado para essas situações. Outras participantes citaram o desespero de várias mães que encontravam no ACS

alguém com quem podiam compartilhar a angústia de ter filhos ameaçados de morte pelo tráfico. Os participantes se davam conta de que não eram formados tecnicamente para lidar com essas demandas e ao mesmo tempo não havia outros profissionais na AB com essa formação, ou disponibilidade para essa demanda, e por isso eram procurados pela população.

Tal discussão trouxe à tona as limitações do papel do ACS, que era definido como anteparo para continência de problemas da população pobre. Os ACS se ressentiam muito ao constatar que o investimento feito por eles para lidar com problemas enfrentados pela população, tanto investimento afetivo, quanto de tempo ou para manejo de situações, com frequência não tinha resolubilidade, gerando sentimentos de impotência e frustração. Quando tais situações-problema eram apresentados à equipe técnica, que teoricamente teria condições de apresentar soluções viáveis, poucas ações eram sugeridas ou realizadas, ao contrário, muitas vezes o ACS era convocado a solucionar tais questões ou, na maior parte das vezes, nenhum encaminhamento era dado, fazendo com que o trabalho do ACS perdesse credibilidade.

Este momento foi decisivo, pois o pressuposto que levou à instauração do processo educativo foi fechando o ciclo explicativo. As elaborações de caráter crítico e a exposição de sentimentos que se desenvolvem a partir do trabalho foram estabelecendo relação entre a baixa resolubilidade dos problemas e os sentimentos de impotência neles gerados, e a compreensão do processo de produção, da divisão social e técnica do trabalho e dos processos de trabalho na AB.

Conseqüência dessa reflexão, na sexta oficina foi proposto que entrassem em contato com excertos de discursos de ACS, apresentados em pesquisa realizada sobre práticas de educação em saúde²³. Os resultados mostravam que a educação em saúde praticada no cotidiano do trabalho daqueles ACS encontrava-se notadamente baseada em orientações de mudança de comportamento para prevenção ou estabilização de sintomas de doenças crônicas e no julgamento moral (o que é certo ou não se fazer: aborto é errado; cuidar da sogra doente é certo). As estratégias de educação em saúde utilizadas nesses casos eram o amedrontamento (*“se não parar de tomar refrigerante terá o pé amputado por causa do diabetes”*) e o convencimento (*“O senhor quer apostar comigo? Se o senhor ficar um tempinho parado o seu pé vai deixar de ficar preto”*). Imediatamente os ACS participantes se identificaram com aquelas práticas e com as perspectivas. Os participantes reconheciam que visitas

mensais, perguntas repetidas, para preenchimento de fichas e prontuários, sobre sintomas das doenças de atenção prioritária da AB (tuberculose, diabetes, hipertensão, hanseníase e conforme calendário programático, dengue), e a realização de orientações padrão de como proceder em cada caso (para manter a pressão arterial, exercício físico e alimentação sem sal, etc) era desgastante para o trabalhador e para a população, além de ficarem restritas à atenção à doença e não a resposta de necessidades de saúde de moradores daquele território. No entanto, tinham dificuldade para elaborar outras estratégias para cumprir as tarefas designadas e, mesmo descredenciando nesse trabalho como possibilidade de aprimoramento das condições de saúde da população, continuavam reiteradamente a fazê-lo por anos a fio. Alguns ACS questionavam a equipe sobre o processo de trabalho, mas não obtinham respostas diferentes das que conheciam, então passavam a inovar as práticas por conta própria, ainda que timidamente. Ao invés de repetir as perguntas programadas aos usuários da USF, passavam a perguntar: “O que tem te atrapalhado ultimamente?” ou “Como eu posso ajudá-lo para que sua saúde melhore?” Citaram o projeto de um grupo, direcionado aos jovens, para prevenir prostituição, DST e o ingresso desses jovens no tráfico de drogas, coordenado pela psicóloga da UBS com a co-coordenação de um ACS. Nesse grupo, como estratégias de aproximação, utilizou-se filmes e discussões sobre assuntos diversos, sem focar os temas em questão, já que se percebeu que essa forma sustenta a participação dos jovens no grupo, enquanto que palestras e orientações não são estratégias que levam os jovens à reflexão.

Já nas últimas oficinas havia, então, como resultado de reflexão, a partir da realidade concreta, a conclusão de que as formas de educação em saúde praticadas pelos ACS e pela equipe de saúde em geral têm pouca ou nenhuma resolubilidade, trazendo o maior peso para o cotidiano de trabalho do ACS.

Dessa forma, na sétima oficina a compreensão sobre a determinação social do processo saúde-doença foi retomada e rapidamente os participantes passaram a associar situações vivenciadas no território e problemas de saúde dos moradores a condições precárias de vida e trabalho. Nessa oficina discutiu-se um caso apresentado por uma participante, de uma moça que apresentava sintomas depressivos e logo a equipe da ESF tentou encaminhá-la ao médico psiquiatra para que fosse medicada, mas como esse não era um recurso de fácil acesso no território a própria ACS se dispôs a visitar a moça semanalmente. A ACS incentivava a moça a vender as peças em crochê

que tecia e ao longo do tempo algumas encomendas surgiram e aos poucos os sintomas depressivos foram desaparecendo à medida que a moça sentia-se valorizada por seu trabalho e tinha suas necessidades materiais e imateriais mitigadas. Os participantes analisaram que o fato da moça estar desempregada gerou dificuldades que se expressaram em forma de sintomas depressivos (isolamento, tristeza, emagrecimento). Apesar de ser ilustrativo de uma boa forma de se lidar com o adoecimento, discutiu-se a impossibilidade de conduzir todos os casos dessa forma, já que cada ACS seria responsável por acompanhar ao menos 200 famílias, o que não lhes permite visitas frequentes a todas. Ademais, o caso foi caracterizado como “de sorte.” já que a moça tinha habilidades manuais. Os participantes demonstraram dificuldades em sugerir novas práticas que dessem conta das demandas apresentadas.

Seguiu-se, dessa forma, discussão acerca da importância de compreender as raízes dos problemas da população, de denunciar as contradições percebidas pelos moradores da área, de incentivar a participação social e a politização, reiterando a saúde como direito social e a presença do Estado no território como mecanismo de proteção social efetiva, com a sugestão de que este possibilite o trabalho intersetorial, que é o que possibilita ações voltadas aos determinantes do processo saúde-doença. Caminhou-se para a compreensão de que práticas voltadas para esses objetivos, pautadas na determinação social do processo saúde-doença são mais efetivas e mais próximas do papel do ACS na ESF.

A oitava oficina foi dedicada ao aprendizado de instrumental educativo. Um jogo educativo utilizado por Yonekura e Soares²⁴ mostrou-se como boa estratégia de sensibilização e aprofundamento de discussões sobre os valores sociais com adolescentes. Foi proposto nesta oficina que os participantes discutissem alguns temas sorteados, dentre os que haviam sido abordados no processo educativo. O jogo permite que os jogadores se expressem e mudem seus posicionamentos ao longo da discussão e, de acordo com o estudo citado, também se mostrou um recurso interessante para a educação em saúde, facilitado pelo caráter lúdico e descontraído. Os participantes colocavam seus pontos de vista sobre o tema sorteado (por exemplo: “Educação garante o futuro”, “Andar na moda faz a gente se sentir bem”, “Pessoas mais velhas devem ser respeitadas”) e as falas iam se contrapondo ou se complementando até que o grupo chegasse a um consenso e novo tema fosse sorteado. Ao final da oficina refletiu-se sobre tal estratégia para educação em saúde.

A última oficina se configurou como um encontro para avaliar o que se tinha apreendido no processo educativo e discutir as perspectivas frente ao trabalho e à vida dos participantes. Não se utilizou gravador de áudio para documentar essas últimas discussões, no entanto percebeu-se que as gravações não modificavam a participação dos ACS nas discussões, não os ameaçava, nem os deixava preocupados com os possíveis desdobramentos, caso os dados coletados fossem expostos extra grupo, pois havia aposta e confiança naquele espaço de reflexão acerca das contradições vivenciadas no campo das práticas, dos sentimentos, dos papéis exercidos pelos ACS e das contradições compreendidas na esfera macro estrutural. Todos os participantes mostraram-se felizes e mesmo gratificados por terem participado desse processo.

Dando continuidade ao processo educativo, após a finalização dessas 9 oficinas emancipatórias outros 5 encontros com os participantes foram realizados, a fim de conjuntamente produzir material de apoio baseado na elaboração das novas concepções adquiridas. O material produzido, que foi chamado de “Álcool e outras drogas: um milhão de ações” caderno, contendo as bases teórico-metodológicas da Saúde Coletiva que apoiaram o processo educativo, como os conceitos de determinação social do processo saúde-doença, necessidades de saúde, droga como mercadoria e educação em saúde. O caderno é composto ainda de três casos, trazidos da realidade de trabalho dos ACS e da discussão e elaboração de possibilidades de respostas a necessidades de saúde abordadas, a partir das discussões realizadas nas oficinas emancipatórias.

Essa produção visa instrumentalizar a equipe de saúde para reconhecer que as necessidades de saúde estão diretamente associadas aos padrões de inserção social dos indivíduos e famílias, ou seja, são determinadas pelas condições de trabalho, que determinam os estilos de vida. A partir dessa constatação, espera-se que as equipes possam analisar as situações reais encontradas e proponham ações e encaminhamentos concretos para transformações das práticas sociais, incluindo-se as de saúde²⁵.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas das equipes de saúde na AB tradicionalmente baseiam-se em concepções da moderna saúde pública, que desconhecem as necessidades apresentadas por grupos que apresentam formas de reprodução social instáveis,

que são marginalizados, localizados nos bolsões de pobreza dos municípios. Essas práticas respondem notadamente aos interesses do capitalismo e conseqüentemente dos detentores dos meios de produção. Os trabalhadores da saúde, que se configuram como prestadores de serviços, por sua vez encontram-se em processo de alienação, com poucos espaços e possibilidades de exercer a crítica, produzindo reiteradamente práticas não eficazes e desvinculadas da teoria^{4,23,26}.

A fim de que os trabalhadores adquiram consciência sobre seu trabalho e possam constituir práticas sociais transformadoras, realizou-se um processo educativo que tinha como tema objeto o consumo prejudicial de drogas. Para que a formação do enfrentamento da problemática das drogas se desse de forma a responder às necessidades de saúde dos diferentes grupos sociais foi necessário que se compreendesse a droga como mercadoria inserida no sistema de produção, distribuição e consumo da estrutura capitalista. Outros pontos como valores contemporâneos, projeto neoliberal e globalização, processo de trabalho (contradições e determinantes de desgaste e fortalecimento), necessidades de saúde e papel do Estado no território foram discutidos para que se compreendesse o fenômeno das drogas de forma ampliada. A partir disso, foram realizadas discussões acerca de novas práticas que se configuram como práxis sociais criativas, possibilitando transformações efetivas em relação ao consumo prejudicial de drogas e também a outros agravos à saúde^{4,26,27}.

O procedimento teórico metodológico adotado, a pesquisa ação socialmente crítica^{15,16} apoiada nas concepções da pedagogia histórico-crítica⁵ e na teoria de Freire³ favoreceu a aproximação entre pesquisadores e grupo pesquisado ou educadores e educandos. Tal aproximação se mostrou essencial para estabelecimento de um espaço seguro baseado na confiança permitindo aos participantes do processo educativo expor a realidade vivenciada no trabalho e na vida, além de expressar suas angústias e frustrações frente às práticas reiteradas e à dinâmica do processo de trabalho a que estão submetidos.

Ademais, a pesquisa ação socialmente crítica permitiu que a problematização e a discussão da realidade trazida a partir dos próprios participantes produzisse novos conhecimentos, reconstruindo as sínteses dos participantes nos planos político e cultural a respeito do problema enfrentado através de processo educativo crítico/não alienado. Essa conscientização favorece a capacidade de iniciativa transformadora, uma vez que os participantes foram

instrumentalizados para produção de novas práxis sociais.

A PA socialmente crítica mostra-se uma modalidade de pesquisa que alia a exposição do objeto ou fenômeno de interesse aos processos de transformação da realidade, mediado pela crítica que o processo educativo incentiva. Trata-se, portanto, de um tipo de pesquisa coerente com os pressupostos epistemológicos da Saúde Coletiva.

AGRADECIMENTO

Este trabalho faz parte do relatório de mestrado de Luciana Cordeiro e teve financiamento do CNPq, Processo Universal, 478267/2010-0, agência que agradecemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Soares CB et al. Representações cotidianas: uma proposta de apreensão de valores sociais na vertente marxista de produção do conhecimento. *Rev Esc Enferm USP* 2011; 45(20): 1753-7. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000800020&lng=en. Acesso em 01.04.2013.
- Oliveira RD, Oliveira MD. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: Brandão CR (org.). *Pesquisa participante*. 3ed. São Paulo: Brasiliense; 1981.
- Freire P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2002.
- Soares CB. (Tese). Consumo contemporâneo de drogas e juventude: A construção do objeto na perspectiva da Saúde Coletiva. Escola de Enfermagem, USP, São Paulo. 2007.
- Saviani D. *Pedagogia histórico-crítica*. 9ed. Campinas: Autores Associados. 2005.
- Almeida AV, Trapé CA, Soares CB. Educação em saúde no trabalho de enfermagem. In: Soares CB; Campos CMS (orgs.). *Fundamentos de saúde coletiva e o cuidado de enfermagem*. São Paulo: Manole; 2013.
- Haguette TMF. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 3ed. Petrópolis: Vozes; 1992.
- Thiollent M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18ed. São Paulo: Cortez; 2011.
- Toledo RF. Pesquisa ação nas áreas da educação, saúde e ambiente: um panorama do desenvolvimento nas universidades estaduais paulistas. Seminário: Pesquisa ação na interface educação, saúde e ambiente. São Paulo: FSPUSP; 2011.
- Ahmed JU. Research Action: a new look. *Kasbit Business Journal* 2009; 2(1&2): 19-32.
- O'Brien R. An overview of action research methodology. In: Richardson R. *Theory and Practice of Action Research*. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 1998. Disponível em: <http://www.web.ca/~robrien/papers/arfinal.html>. Acesso em: 13.03.2013.
- Sá NP. Discutindo a pesquisa participante. *Em aberto*. 1984; 3(20):25-35. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2361/1631>. Acesso em: 08.03.2013.
- Cassel C, Johnson P. Action research: explaining the diversity. *Human Relations* 2006; 59(6): 783-814. Disponível em: <http://hum.sagepub.com/content/59/6/783>. Acesso em: 08 mar 2013. Acesso em: 08.03.2013.

14. Franco MAS. Pedagogia da pesquisa ação. *Educação e Pesquisa* 2009, 31(3): 483-502.
15. Tripp D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa* 2005; 31(3): 443-66.
16. Tripp D. Socially critical action research. *Theory Into Practice*. 1990; 24(3): 158-66.
17. Thiollent MJM, Toledo RF. Participatory methodology and action research in the area of health. *International Journal of Action Research* 2012; 8(2): 1-17.
18. Carr W, Kemmis S. *Becoming critical: education, knowledge and action research*. London: Deakin University Press; 1986. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=HOV4fMVdnKsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 13.03.2013.
19. Gomes KO, et al. A práxis do agente comunitário de saúde no contexto do programa saúde da família: reflexões estratégicas. *Saúde e Sociedade* 2009; 18(4): 744-55.
20. Tomaz JBC. O agente comunitário de saúde não deve ser um "super-herói". *Interface (Botucatu)* 2012; 6(10): 74-94.
21. Soares, et al. Juventude e consumo de drogas: oficinas de instrumentalização de trabalhadores de instituições sociais, na perspectiva da saúde coletiva. *Interface (Botucatu)* 2009; 13(28): 189-99.
22. Valla VV, Stotz EM, Algebaile E. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: ENSP; 2005.
23. Trapé CA. (Dissertação). A prática educativa dos agentes comunitários do PSF à luz da categoria Práxis. Escola de Enfermagem, USP, São Paulo. 2005.
24. Yonekura T, Soares CB. O jogo educativo como estratégia de sensibilização para coleta de dados com adolescentes. *Rev latinoam enferm* 2010; 18(5): 1-7.
25. Álcool e outras drogas: um milhão de ações. São Paulo. 2012. Disponível em: http://www.ee.usp.br/noticias/2013/alcool_drogas.asp. Acesso em: 09.03.2013.
26. Coelho HV. (Dissertação). A atenção ao usuário de drogas na Atenção Básica: Elementos do processo de trabalho em Unidade Básica de Saúde São Paulo. Escola de Enfermagem, USP, São Paulo. 2012.
27. Campos CMS, Mishima SM. Necessidades de saúde pela voz da sociedade civil e do Estado. *Cad saúde pública* 2005; 21(4): 1260-8.